

Psicologia clínica e psicologia comunitária – Uma proposta de convivência pacífica

Clinical psychology and community psychology – A proposal for peaceful coexistence

Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ¹

Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro – IFEN

RESUMO

Na tentativa de propor uma conciliação das práticas comunitária e clínica em Psicologia, pretendemos desenvolver os seguintes elementos em ambas as propostas: uma prática de escuta às situações emergentes, uma postura ética e política de escuta aos sujeitos e a promoção da saúde engajada na realidade social brasileira. Ambas as perspectivas podem ser complementares desde que partamos da unidade e não da dicotomia entre elas. Defendemos que as propostas de Psicologia Comunitária, inaugurada por Martin-Baró, e de Psicologia Clínica em uma perspectiva fenomenológico-existencial, inaugurada por Binswanger, prescindem da necessidade de se excluírem mutuamente visto que ambas partem da concepção de comunidade como elemento unificador do binômio ser e mundo. Apostamos na construção de práticas ético-políticas pela necessidade de se promover uma união entre clínica e comunidade, entre natureza humana e social, tal como defendidas por Krenak e Kopenawa. E ainda, dando voz à cultura brasileira e em uma defesa do movimento Modernista, dialogamos com Oswald de Andrade, Clarice Lispector, Manoel de Barros, Manoel Bandeira, Rubem Alves e Guimarães Rosa. Em conclusão, a proposta é de que a clínica psicológica na perspectiva do nós se estabelece como processo sociopolítico de inunção dos assujeitados, resistência à massificação e a derrocada do poder do impessoal no gerenciamento da vida.

PALAVRAS-CHAVES

Psicologia comunitária; Psicologia clínica; Amor comunitário

ABSTRACT

¹ E-mail: ana.maria.feijoo@gmail.com, Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3064-3635>.

In attempt to propose a reconciliation of community and clinical practices in Psychology, we intend to develop the following elements in both proposals: a practice of listening to emerging situations, an ethical and political posture of listening to subjects and the health promotion engaged in Brazilian social reality. Both perspectives can be complementary as long as we stick by the unit instead of the dichotomy between them. We argue that the community psychology proposal, inaugurated by Martin-Baró, and the clinical psychology proposal in a phenomenological-existential perspective, inaugurated by Binswanger, are spared from being mutually excluded insofar as they are based on the community conception as a unifying element of the being and world binomial. We bet on the development of ethical-political practices due to the need to promote a union between clinic and community, between human and social nature, as argued by Krenak and Kopenawa. Also, in order to express Brazilian culture and in defense of the Modernist movement, we dialogue with Oswald de Andrade, Clarice Lispector, Manoel de Barros, Manoel Bandeira, Rubem Alves and Guimarães Rosa. In conclusion, the proposal is that the psychological clinic in the perspective of us is established as a socio-political injunction process of the subjected, resistance to massification and the impersonal power collapsing in the management of life.

KEYWORDS

Community psychology; Clinical psychology; Community love

INTRODUÇÃO

Há vários caminhos pelos quais podemos discutir a dicotomia que em certo momento se instaura entre o privado e o público, e que de certa forma resvala para a dicotomia das práticas em Psicologia: psicologia clínica e psicologia comunitária. Não é de se estranhar que as polaridades ganhem força, uma vez que a ideia de alcançar a verdade por meio da abolição de um dos polos vige na humanidade desde Platão. A Filosofia com o objetivo de alcançar a verdade posicionou as coisas de modo a pensar em termos de dicotomias. Dicotomias como homem e mundo, sujeito e objeto, dentre outras, foram estabelecidas no intuito de abandonar um dos polos para que um deles fosse o lugar onde se encontrava a verdade sobre o modo de desvendar os enigmas da existência do homem e de todas as coisas. Esse modo de chegar à verdade passou a acontecer, primeiramente, estabelecendo as polaridades, que são várias: universal e singular, indivíduo e multidão, pessoal e impessoal, autêntico e inautêntico, particular e social; para então, posteriormente, proceder com a abolição de um dos polos. Uma vez agindo dessa forma, bastava que a pesquisa se voltasse para um deles que, apresentando-se em sua constituição e dinâmica, teria todos os mistérios de sua realização desvendados.

E, ainda, sob a égide do projeto iluminista (século XVIII e XIX), com sua máxima de alcançar a clareza e exatidão de todas as coisas, colonizou-se progressivamente o mundo com suas ideias e princípios, e delineou-se as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação dos mais diferentes grupos humanos e de todas as coisas. Assim sendo, acirraram-se as dicotomias e as polaridades, como, por exemplo, as concepções de civilizado e primitivo, conforme veremos a seguir.

Para fins de colocação da questão das dicotomias, apresentaremos aqui, a título de exemplo, de que modo a linguagem foi investigada e discutida para estabelecer comparações entre diferentes povos. A proposta que desenvolveremos tem como objetivo primeiramente refutar a ideia precursora em Psicologia, especificamente em Wundt, que em *Psicologia dos Povos* tentara obstinadamente mostrar uma diferença fundamental entre os povos civilizados e os povos primitivos no que diz respeito à linguagem. E é justamente essa diferença que irá marcar a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem. O povo mais forte erradicou a mais importante criação mental do mais fraco – a sua linguagem –, de maneira que a linguagem mais frágil e menos desenvolvida sucumbiu à mais forte e desenvolvida. Wundt, referindo-se à linguagem dos povos primitivos, defende que neles predomina a linguagem dos gestos, dizendo tratar-se de formas de comunicação que não derivam de elaborações mentais conscientes, mas apenas emoções ou movimentos expressivos involuntários. Conclui esse estudioso que a evolução da linguagem é resultado do desenvolvimento de outras funções psíquicas e da passagem de movimentos emocionais e impulsivos a ações voluntárias, sendo a linguagem dos povos civilizados, portanto, resultado de funções psíquicas mais desenvolvidas (WUNDT, 1916).

Com isso, podemos ver que a própria Psicologia em seu desenrolar inicial imprime uma ideia evolucionista com relação a hierarquização dos povos, instaurando, muitas vezes, o desejo de ser o outro, ou seja, de querer se tornar civilizado. Desse modo, potencialidades das vidas humanas são desperdiçadas, oprimidas e sujeitas ao descarte. Em uma extrema valorização das culturas e povos colonizadores, pouco a pouco, tornam-se invisíveis saberes e práticas potentes, críticos e criativos.

No Brasil, há muito, pensadores críticos da questão da colonização têm protestado contra esse movimento colonizador. Em 1922, o Movimento Modernista se mobilizou no sentido de desenvolver um projeto estético-cultural que marcasse a identidade do povo brasileiro. Dentre os transgressores da ordem e do progresso, instituídos por aqueles que ocupavam o lado de cima do Equador, temos aquele que foi considerado o maior dos transgressores: Oswald de Andrade. Esse grande representante do Modernismo escreveu manifestos, poemas romances, peças teatrais, crônicas e ensaios, ressaltando a originalidade do povo brasileiro. Esse revolucionário influenciou diferentes movimentos, como, por exemplo, a Tropicália, cuja presença foi marcante durante todo o século XX. Infelizmente, a Psicologia no Brasil não seguiu o Movimento Modernista, tendo se mantido sob o domínio da cultura nórdica até quase o final desse século, rechaçando a recomendação de Andrade, (2017): “O trabalho contra o detalhe naturalista – pela síntese; contra a morbidez romântica – pelo equilíbrio geométrico e pelo *acabamento* técnico; contra a cópia, pela *invenção* e pela *surpresa*.” (p. 25).

Atualmente, cabe ressaltar que a Psicologia se encontra em meio a um movimento histórico, filosófico, político e social que engendra mudanças, repercutindo diretamente no modo de pensar de profissionais das áreas que se convencionou chamar de humanas. Os estudiosos que se dedicam à classificação das ciências, na tentativa de não deixar fora dessa classificação os estudos sobre o humano,

dividiram as ciências em naturais e humanas. Com isso, impuseram às ciências humanas os mesmos critérios de cientificidade das ciências naturais. Sobre esse tema, LAVILLE e DIONNE (1999) esclarecem que as ciências humanas nascem com “o objetivo de compreender e de intervir na ordem social da mesma forma que as ciências naturais tentava dominar a natureza” (p. 53).

O advento do individualismo, que ganha força e relevância na era moderna, sem dúvida posiciona o modo como as diferentes disciplinas científicas deverão estabelecer seu modelo de ação modificadora do comportamento dos sujeitos. Sujeito, em oposição ao mundo, entendido como um ser singular, livre, autônomo, dotado de uma interioridade que lhe garante uma identidade única. Esse sujeito, por todas essas características, passa a ser o único responsável pelo seu destino, afinal é dono de sua vontade, acreditando, portanto, que basta querer para poder conquistar tudo o que desejar. É nessa atmosfera de individualização, com um modelo a ser seguido, que a ação clínica ganha espaço, já que atua com fins a adaptação, adequação, ajustamento e normalidade. E esse mesmo movimento em prol da adaptação dos indivíduos se faz notar nos primórdios da Psicologia Social.

No Brasil, desde a regulamentação da profissão de psicólogo em 1961, a Psicologia em uma perspectiva individualista ganha relevo. Nos códigos de ética, desde 1975, a ênfase recairá na Psicologia Clínica, e apenas em 2005 aparecerão questões referentes a atuação de psicólogos em diversos contextos sociais. Em 1974, surge a Psicologia Comunitária, que no início denomina-se psicologia social e prática clínica, e em 1980, inaugura-se a Associação Brasileira de Psicologia Social. Ambas surgem com o intuito de promover a saúde com atuações junto às comunidades em uma enfática crítica aos modelos ortopédicos. Em síntese, no auge da psicologia clínica, o polo comunitário foi abandonado, e na medida em que a psicologia comunitária ganha relevo, o indivíduo perde espaço. A questão que nasce nesta discussão é se é possível pensar em uma proposta de convivência pacífica entre a psicologia comunitária e a psicologia clínica. Nosso objetivo consiste em apontar um caminho de convivência pacífica, apontando para um lugar onde desde sempre essas duas perspectivas em Psicologia – a clínica e a comunitária – se encontram.

Na tentativa de conciliação das práticas comunitária e clínica, vamos ao encontro da concepção de Feijoo (2011) que defende que o particular só pode ser apreendido a partir da relação cooriginária homem-mundo. Em uma crítica às perspectivas dualistas, a autora propõe a *nostridade*² como o mais originário, ou seja, elemento unificador do binômio ser e mundo. Apostamos em uma construção de práticas ético-políticas pela necessidade urgente de se estabelecer unidades e não polaridades. Assim, apostamos em uma união entre clínica e comunidade. Nessa unidade, tanto a psicologia clínica como a comunitária se estabeleceriam como processos sociopolíticos de inunção dos assujeitados, resistência à massificação e a derrocada do poder do impessoal no gerenciamento da vida. A clínica fenomenológico-existencial, tal como

² Terminologia adotada por Binswanger em sua publicação de 1942 intitulada *Grundformen und Erkenntnis menschlichen Daseins*. Munchen/Basel: Ernst Reinhardt Verlag.

proposta por Feijoo (2017), carrega em seu âmbito o poder de resistência e a força de desalienação do homem.

PSICOLOGIA CLÍNICA NA PERSPECTIVA TRADICIONAL

Podemos acompanhar a discussão acerca do individual e do coletivo por meio da história da Psicologia, que na sua origem se apropria dos legados do pensamento nórdico, mostrando um interesse restrito às particularidades do indivíduo. Com isso, a Psicologia Clínica ganha relevância no âmbito da ciência psicológica e, como consequência, há uma ênfase à valorização da interioridade e intimidade do homem, que aparecem com destaque tanto em suas pesquisas como em suas práticas.

Nesse cenário, será possível, então, constatar uma visível cisão entre clínica e política. A clínica psicológica se instaura como prática liberal, privada e individualizante que se sustenta no âmbito do sigilo e do segredo. Esses são imperiosos, pois resguardam o indivíduo do perigo do olhar público. É nessa dinâmica que cresce a psicologia clínica como espaço de acolhimento a esse indivíduo solipsista.

A tarefa do psicólogo clínico, que tem sua gênese nas práticas higienistas herdadas do modelo médico, se mantém na mesma dinâmica deste modelo: observar, compreender, intervir, remediar, tratar e curar. Esse clínico atua em uma prática liberal, privada e individualizante, sustentando-se em bases que mantêm a cisão entre clínica e política. Obviamente, a Psicologia Social de inspiração norte-americana mantém-se na mesma proposta de pensar o social com fins de controle, ao passo que as práticas sociais proliferam em uma estratégia política de manutenção do *status quo*.

A Psicologia Clínica tradicional, bem como a tradição norte-americana da Psicologia Social, desenvolve tecnologias disciplinares, em que a ligação entre o saber e o poder tornam-se verdadeiros sistemas normatizadores e, ao mesmo tempo, vigilantes de um modo de ser saudável. Os sistemas normativos junto ao poder de assujeitamento veiculado com a mídia tornam-se mecanismos sutis que, parecendo defender a liberdade do homem, exercem com presteza a disciplina, o controle e a vigilância dos modos de ser. Tudo isso sob o pretexto de uma suposta neutralidade, pela via da experimentação, com aparência de preocupação com o social, mantendo-se, no final das contas, no individualismo.

Sabemos que a descoberta do sujeito solipsista, berço do nascimento da valorização do indivíduo, foi a condição básica para o aparecimento da Psicologia como projeto científico. No entanto, sabemos também que essa lógica não se sustentou, mesmo porque as suas consequências foram desastrosas. Com isso, abriu-se um espaço de necessidade para que a Psicologia se voltasse para o social. Dessa crise do individualismo e de suas consequências, surge em 1974, ao sul do Equador, a Psicologia Comunitária (Bomfim, 1988).

Se quisermos avançar mais um pouco nestas reflexões para podermos alcançar a totalidade da existência em um espaço em total copertença homem e natureza, escutemos Krenak (2020): “O Rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas. Ele não é algo de que alguém possa se apropriar” (p. 40).

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

Ignácio Martin-Baró, considerado por muitos como um dos maiores autores da perspectiva popular em Psicologia, nos dá um caminho sólido para iniciarmos nossos estudos sobre uma perspectiva comunitária. Caminho esse que consiste em uma difícil travessia, uma vez que em nossos estudos acadêmicos recebemos uma grande influência de um pensamento importado dos países nórdicos. Ele quer que possamos apropriarmo-nos de um pensamento que possa se desenvolver a partir de nossas raízes. Segundo Gonçalves (2020), chamar Martin-Baró a diálogo é poder contar com sua contribuição, que:

[...] se coloca como caminho para construção de horizontes de práticas genuinamente comprometidas com as pautas e questões populares, já que sempre preconizou a produção de uma psicologia a partir do povo e sua realidade (p. 1).

A Psicologia Comunitária nasce de uma preocupação relevante com o popular. Pouco a pouco, os estudos e as pesquisas nessa área do saber vão se encaminhando para uma preocupação com o social até estabelecerem políticas públicas de promoção da resistência e fortalecimento da liberdade como possibilidade de ações outras para além das diferentes formas de controle gestadas pelo modelo liberal.

Com a crítica aos modelos de clínica que querem produzir mentes saudáveis e corpos dóceis, a clínica comunitária não se quer modeladora e muito menos ortopédica. Nessa modalidade de atuação, a proposta está em religar clínica, política e produção por modos de vida outros. Trata-se de implicar a clínica com posições ético-políticas de modo a sustentar processos de decisão para além daqueles que nos são impostos em nome da produção de mentes e corpos saudáveis.

O PENSAMENTO FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL E A CLÍNICA PSICOLÓGICA: ESPAÇO DE TRAVESSIA

A perspectiva fenomenológico-existencial nasce com a proposta de resistência aos modelos propostos pela Psicologia Científica. Para isso, na constituição dessa psicologia, primeiramente, tivemos que nos afastar de algumas noções presentes nas filosofias do sujeito. São elas: a equação liberdade e responsabilidade, a ideia de interioridade encapsulada, o livre-arbítrio e a crença na soberania do indivíduo. No lugar dessas noções, partimos da ideia de que o homem se constitui em uma indeterminação originária e em unidade e totalidade homem e mundo. Podemos considerar que, com isso, já se abre um caminho para compreender a Psicologia Clínica em uma perspectiva ampliada com a qual não seria possível pensar o indivíduo e o social de forma dicotomizada.

Sabemos que pensar fenomenologicamente já consiste na suspensão de uma moral imposta, seja ela de uma política neoliberal ou qualquer outra. Na

fenomenologia, a ideia de indivíduo posicionador de tudo que há cai por terra com a noção de intencionalidade. Conceção essa que já rompe com a oposição sujeito e objeto como o lugar mais originário. Feijoo (2011), ao dialogar com o pensamento de Heidegger e se manter na noção de ser-no-mundo, mostra que ser está sempre implicado com o outro e com o mundo. Mundo entendido como modos de articular sentidos, que na nossa época estão totalmente vinculados à proposta de total automatização do homem, tornando-o pobre em pensamento e um brinquedo das determinações que o mobilizam. Ocorre que o homem moderno, deslumbrado com a promessa de felicidade, bem-estar e conforto sob o domínio da técnica, esqueceu-se totalmente de outros modos de escuta à vida, ao outro e ao social.

O homem moderno, enfeitado pela crença na potência da ciência no sentido de poder desvendar todos os mistérios, precisou representar e mensurar, tornando-os instrumentos para seu controle. Medida e controle tornaram-se algo familiar, ou seja, não resguardam nenhum mistério.

Ao refletir sobre o tema, vimos que se faz necessário ampliar a discussão ou fazer a travessia de uma clínica psicológica que, embora já tome o homem nessa abertura originária, precisa dialogar com posições ético-políticas até então deixadas em segundo plano.

Para buscar os elementos que sustentam uma perspectiva fenomenológico-existencial na clínica psicológica, retomemos as noções de *Ethos* e *Polis* tal como compreendido pelos gregos clássicos. Essas noções dizem respeito a um espaço de convivência em comum, como o espaço mais originário do qual nasce a *polis*. Com isso, queremos regatar a ideia de *Eros* como o lugar daquele que ama, cuida a alteridade, ou seja, trata-se do amor ao comunitário. E, por fim, amizade em grego é *Kháris*, que pode ser entendido como estar junto ao outro, relação. Ou seja, entender que a vida do homem é uma “vida habitante”. E ainda, como esclarece Heidegger (1954/2012): “Na tragédia *Aias* (verso 522), Sófocles diz o seguinte sobre a *Kháris*: ‘A benevolência é o que sempre faz apelo à benevolência.’” (p. 180).

Nessa atmosfera que sustenta a possibilidade de travessia, vamos pouco a pouco nos afastando do âmbito privativo e individualista da clínica psicológica, de modo a poder abarcar na própria clínica um espaço de reflexões ético-políticas que dão lugar ao âmbito do comunitário.

No entanto, se quisermos nos apropriar de um modo de pensar mais originário, precisamos continuar o caminho iniciado por Husserl, Heidegger em suas críticas ao ocidente, dentre outros. Precisamos ainda retroceder ao mais originário que diga respeito ao mundo latino-americano, e ainda mais um pouco ao que nos tem a dizer os homens mais originários dessas terras. Por isso chamamos ao diálogo Ailton Krenak, líder indígena que, em sua crítica à humanidade, ressalta que o que nos destrói é a ideia que sustentamos de que o homem é superior a todas as coisas. Ele nos alerta que ao despersonalizarmos a natureza, a transformamos em recurso e, então, pensamos que estamos subjugando tudo com que articulamos uma vida em comunidade, inclusive a alteridade (KRENAK, 2020).

UMA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO ENTRE A PSICOLOGIA CLÍNICA E A PSICOLOGIA

A proposta de conciliação presente neste estudo se justifica pelas características intrínsecas a ambas as formas de atuação, quais sejam: o retorno ao mais originário; a resistência – trata-se de uma atuação em psicologia que ocorre no sentido de que o homem ganhe mais liberdade frente às determinações epocais; e a tendência à expansão de sua tarefa clínica para além dos limites de um consultório.

O retorno ao mais originário para a construção de uma psicologia comunitária, segundo Martín-Baró, se daria primeiro por um movimento de recuperação da memória histórica dos povos. Na perspectiva fenomenológico-existencial ao pretendermos ir ao mais originário, o buscamos nos gregos arcaicos. Esses gregos, por não estarem tomados pelas determinações epistemológicas e científicas dos modernos, pensavam as coisas nos seus sentidos mais originários, antes de algo como consciência adentrar-se no mundo. Esse sempre foi o caminho que as psicologias fenomenológico-existenciais perseguiram e, por isso, defendemos o pensar em uma psicologia prescindindo de construtos tais como: consciência, psiquismo, *self*, eu etc. Inspirados em Heidegger (1927/1998), avançamos nessa tentativa de alcançar o mais originário, na qual ele propõe uma estrutura denominada ser-no-mundo. Esse espaço não admite separação entre homem e mundo. O filósofo finalmente, em seu último momento, chega à conclusão de que apenas a poesia alcança esse entre – entre o céu e a terra, o homem e os deuses.

Em uma retomada do pensamento não dicotômico e ainda em um retorno à origem, lançamos mão de uma perspectiva clínica com bases fenomenológicas e existenciais, e dialogamos com os escritores e poetas brasileiros: Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Manoel de Barros, Manoel Bandeira, Rubem Alves, dentre outros, que nos mostram a existência em suas expressões frente à realidade em que se encontram.

Ainda com relação ao ganhar liberdade, Martín-Baró propõe que conquistemos o orgulho de sermos latino-americanos, reconhecendo o valor e o mérito do nosso povo, e então, por esse caminho, deixaremos de pedir a benção àqueles que até então tomamos como superiores e civilizados. Na perspectiva fenomenológico-existencial – na tentativa de ganhar liberdade frente as determinações daquilo que Heidegger (2012) denomina era da técnica –, trabalhamos no sentido de que o homem possa resistir a essas demandas de produtividade, consumismo, enfim, de tomar a vida como recurso a ser explorado.

Por se tratar de uma perspectiva fenomenológico-existencial de atuação clínica, toma como principal fundamento uma crítica às determinações do mundo que levam o homem a se comportar, pensar, sentir e agir ao modo do autômato. Diante disso, sustentamos, junto à proposta clínica, uma crítica ou destruição fenomenológica dos modelos adaptativos muito presentes em algumas perspectivas psicológicas, além de deslocarmos-nos dos modelos que pensam o homem e a natureza como um recurso que vale a pena enquanto produz energia a ser estocada.

Martín-Baró defende uma psicologia popular em que o papel do psicólogo seja a conscientização da necessidade de transformação das dimensões sociais e materiais, sempre atenta às demandas das classes populares. A perspectiva fenomenológico-existencial defende uma atuação clínica que se repensa e reinventa, para muito além dos consultórios particulares, ampliando-se para uma saúde coletiva e se dedicando a responder às novas demandas da sociedade. Em uma proposta de ação e de promoção à saúde, visa-se a prevenção e a posvenção em núcleos de atendimento, que contribuem para a efetivação de uma clínica como acontecimento em espaços múltiplos. Trata-se de uma clínica voltada para uma demanda coletiva capaz de resistir a mecanismos de captura e disciplinarização da vida. Segundo Moreira, Romagnoli e Neves (2007):

Por fim, para além da cisão entre clínica e política, presente no modelo tradicional, defendemos uma definição de clínica social como uma prática ética e política de escuta aos sujeitos, comprometida com a promoção à saúde e engajada na realidade social brasileira (p. 610).

No entanto, para que a psicologia clínica não incorra na tentação de uma conjunção entre o indivíduo e o social, é preciso que se mantenha na disjunção, ou seja, tenha um discurso que não condiz com a prática efetiva, como nos alerta Guerra (2002):

A história da psicologia nos evidencia uma tradição de trabalho associada ao controle, à higienização e à diferenciação, desde os primórdios de seu nascimento, associaram às práticas sociais e políticas na manutenção do *status quo* (p. 29).

Com isso, não estamos demonizando a clínica psicológica em caráter individual; ela tem o seu lugar e a sua necessidade, como, por exemplo, nesse momento em que atravessamos um período de pandemia, e que tantas pessoas têm procurado uma escuta diferenciada. No entanto, essa prática exige cuidado para não recairmos em um individualismo extremado, que responde e corresponde ao modelo neoliberal, reproduzindo a lógica do capital. Por esse caminho, a prática clínica se mostrará totalmente descomprometida com o contexto social. A ressalva que fazemos aqui é sobre a necessidade de que a Psicologia Clínica se reinvente, construindo-se em uma perspectiva crítica e consequentemente engajada com o social.

A proposta de conciliação entre essas duas modalidades de práticas clínicas, que aposta na clínica como uma prática ético-política, consiste em uma conjugação entre o individual e o social, com atenção focada no coletivo e na sustentação da alteridade. Assim sendo, nossa proposta não é de cisão, disjunção, mas de uma conjunção disjuntiva, tal como defendem Moreira, Romagnoli e Neves (2007):

Dessa forma, o contexto social passou a adentrar os consultórios de forma a convocar os psicólogos a saírem dele, ou seja, para responder às novas formas de subjetivação e de adoecimento psíquico, o psicólogo deveria compreender a realidade local. A Psicologia

“tradicional” é “obrigada” a se redesenhar, tornando-se mais crítica e engajada socialmente (p. 615).

Martin-Baró, em direção oposta a Wundt, defende que cabe ao psicólogo considerar não só o texto, mas o seu contexto para, então, realizar uma análise da situação de seu povo. Ele destaca a importância de que a Psicologia em seu projeto ético-político possa se aliar concretamente às lutas por transformação social.

Pensamos, no entanto, que nenhuma prática dirigida ao comunitário seja possível apenas com demandas ético-políticas no sentido de estabelecer normas e instituir uma nova moral; ou então com o amor como imperativo categórico de uma moral pautada na razão, tal como posicionado por Kant; nem mesmo o amor cristão como um amor misericordioso. Defendemos aqui o amor pensado fenomenologicamente, ou seja, na sua gênese mais originária; o amor como paixão, afeto sem norma e sem preferência. Pensamos em uma mudança radical em que a pretensão se dirija a transformações no modo de lidar com aqueles que são excluídos. Mudança esta que apenas ocorrerá se sustentada por aquilo que Binswanger denominou de amor comunitário, que, segundo este, é o que realmente promove a cura. O amor tal como abordado por Kierkegaard em *As obras do amor* não é o amor ao primeiro e ao segundo eu – essa forma de amar diz respeito ao amor narcísico ou ao *eros*, como defendido pelos gregos. Trata-se, portanto, de cultivar e fazer crescer um amor pelo coletivo, que se mostra pelos frutos, tal como nos diz o filósofo.

Podemos ver esse amor quando lemos no informativo do CEE Fiocruz, a matéria *Um mundo sem patentes (ou com patentes) para curar o Covid-19* (BERMUDEZ, 2021). Em discussões travadas na Cúpula de Paris sobre a Covid-19 na África, foi debatida a necessidade de suspender temporariamente as patentes de vacinas para permitir que o continente africano tenha acesso aos imunizantes. Segundo Bermudez (2021), o tema passou distante dos encontros realizados pela União Europeia e pela reunião do G20.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, essa ideia vigente desde os gregos clássicos, em que se tentava alcançar a verdade por meio da abolição de um dos polos das dicotomias estabelecidas, também se fez presente no âmbito dos estudos da Psicologia. A própria filosofia, por meio de alguns de seus pensadores, tentara sair da polarização. Kierkegaard (2001), na tentativa de sair das polaridades, refere-se à conjunção disjuntiva. Heidegger (1927/1998) pensa uma unidade estrutural que ele denomina ser-no-mundo.

Na literatura, podemos encontrar a mesma mobilização para que pudéssemos pensar para além das polaridades. Guimarães Rosa (1967/2001), em *Nós, os temulentos*, diz que esse debate sobre as dicotomias é conversa de bêbado, que procurando o lado de lá, sempre acaba não encontrando o lugar a que queria se dirigir. Ainda, Guimarães Rosa (1962/2001) refere-se ao conto *A terceira margem do rio*, apontando para a possibilidade de se pensar para além de toda e qualquer dicotomia.

Líderes indígenas brasileiros, como por exemplo Krenak e Kopenawa, nos apontam para a necessidade de retomar a unidade homem e natureza (KRENAK, 2020). Eles nos alertam ao perigo da habitação do homem na Terra, a qual corre o risco de não suportar a demanda do homem. Eles nos avisam da insuficiência do poder político para dar conta dessas demandas.

A proposta de conciliação entre a Psicologia Clínica e Psicologia Comunitária acontece na tentativa de acabar com essa polaridade, que fomenta a competitividade e a destruição daquilo que, mesmo se encontrando no interior da própria Psicologia, deve ser abolido para que o outro lado vença e conquiste todo o território. Defendemos que as conciliações só se tornarão efetivas pelo cultivo do amor pela coletividade, o que não inclui apenas a alteridade, mas também tudo aquilo que nos cerca.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, O. *Manifesto antropológico e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BERMUDEZ, J. *Um mundo sem patentes (ou com patentes) para curar a Covid-19*. Centro Estratégico da Fio Cruz: Pesquisa, Política e Ação em Saúde Pública, 2021.
- BOMFIM, E. Vila Acaba Mundo, Bairro Sion. In *Anais do III Encontro Mineiro de Psicologia Social* (p. 4). ABRAPSO, março, 1988.
- CRP-SP. Procedimentos éticos: 50 anos de cuidado. In *50 anos da Psicologia no Brasil* (Psi Jornal de Psicologia, n. 173, abr./mai.). São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2013.
- FEIJOO, A. M. A existência para além do sujeito: a crise da subjetividade moderna e suas repercussões para a possibilidade de uma clínica psicológica com fundamentos fenomenológico existenciais. Rio de Janeiro: Edições IFEN, 2011.
- _____. A. M. Existência & Psicoterapia: da psicologia sem objeto ao saber-fazer na clínica psicológica existencial. Rio de Janeiro: Edições IFEN, 2017.
- GONÇALVES, M. Martín-Baró como inspiração ética para a construção de uma perspectiva comunitária e popular em Psicologia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2), 651-664, 2020.
- GUERRA, C. O social na clínica e a clínica no social: sutilezas de uma prática. In D. Gonçalves, M. Guerra & J. Moreira (Org.). *Clínica e inclusão social: Novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção* (pp. 29-48). Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. (M. de S. Cavalcanti, Trad.). Petrópolis: Vozes, 1998. (Obra original publicada em 1927).
- _____. Poeticamente o homem habita... In: *Ensaio e Conferências*. Trad. E. C. Leão, G. Fogel & M. Schuback. Petrópolis: Vozes, 2012. (Obra original publicada em 1954).
- KIERKEGAARD, S. *La época presente*. Santiago do Chile: Editorial Universitária, 2001.
- KRENAK, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LAVILLE, C. & DIONNE, J. A construção do saber: Manual de metodologia de pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- MOREIRA, J., ROMAGNOLI, R., & NEVES, E. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2007, 27(4), 608-621.
- ROSA, J. G. Nós, os temulentos. In *Primeiras estórias*. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. (Obra original publicada em 1962)
- _____. *Tutameia – Terceiras Estórias*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. (Obra original publicada em 1967).

_____. A terceira margem do rio. In *Primeiras estórias*. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. (Obra original publicada em 1962).

WUNDT, W.). *Elements of Folk Psychology: outlines of a psychological history of mankind*. London: George Allen & Unlin Ltda., 1916.

Submetido: 18 de julho de 2022

Aceito: 16 de agosto de 2022